

DO PIONEIRISMO DE ROCHDALE AO COOPERATIVISMO/ASSOCIATIVISMO NO CAPITALISMO – UMA ANÁLISE DO CONTROLE DO ESTADO NO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO¹

Renata Sibéria de Oliveira²

Josefa de Lisboa Santos³

RESUMO

O artigo busca analisar o significado do cooperativismo e do associativismo no espaço agrário brasileiro investigando o momento histórico em que estas formas de organizações surgiram e as intenções do Estado ao atuar como instrumentalizador das ações dessas organizações. Buscou-se compreender o surgimento do cooperativismo moderno na Europa do século XIX, sua influência nas formas de organizações sociais no Brasil e o ideário associativista como forma de controle social. Para fundamentar esta discussão, utilizou-se como encaminhamento metodológico pesquisa bibliográfica baseada em livros, artigos científicos e *sites* voltados para o tema em questão. Observou-se que a trajetória dessas organizações, em consonância com o desenvolvimento do capitalismo, permitiu ao cooperativismo/associativismo assimilar as características do sistema capitalista, e hoje estas organizações possuem seus objetivos diretamente ligados à ampliação, acumulação e reprodução do capital, perdendo os ideais iniciais do movimento. Palavras-chave: Território. Cooperativas e associações rurais. Teoria do Estado.

ABSTRACT

FROM THE ROCHDALE PIONER TO THE
COOPERATIVISM AND ASSOCIATIVISM INSID
CAPITALISM – AN ANALYSIS OF THE STATE
CONTROL OF BRASILLIAN AGRARIAN SPACE

The article aims to analyze the significance of cooperatives and associations within the Brazilian agrarian space investigating the historical moment in which these forms of organizations have emerged and the intentions of the State to act as provider of the actions of these organizations. We sought to understand the emergence of the modern cooperative movement in nineteenth century in Europe, their influence on the forms of social organizations in Brazil and the associative ideas as a form of social control. To support this discussion, it was used bibliographical research based on books, scientific articles and sites focused on the theme. It was observed that the trajectory of these organizations, in line with the development of capitalism allowed the cooperatives/associations assimilate the characteristics of the capitalist system

¹ A presente reflexão faz parte de estudo que o primeiro autor desenvolveu em sua pesquisa no mestrado acadêmico em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe – NPGE.

² Professora Substituta do Departamento de Geografia da Universidade de Pernambuco – Campus Petrolina. renatasiberia01@hotmail.com

³ Professora do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

and today these organizations have goals directly related to expansion, accumulation and reproduction of capital, losing the initial ideals of the movement.

Keywords: Territory, Rural cooperatives and associations; State Theory.

1 INTRODUÇÃO

Desde a pré-história, a cooperação faz parte da organização das sociedades humanas na luta pela sobrevivência frente às adversidades de cada época; assim, o cooperativismo e o associativismo se fazem presentes na história e através dos tempos contribuíram para estruturação das diferentes organizações sociais.

Os movimentos associativistas modernos surgiram como forma de minimizar os impactos da revolução industrial sobre os homens, através da luta da nova classe operária contra os traumas sociais e econômicos que os afligiam diante das transformações em curso (SCHNEIDER, 1991).

A cada tempo, é possível observar que o desenvolvimento dos princípios cooperativistas passou por adequações para atender às formas que o capitalismo exigia. Na análise da constituição desse modelo de produção no Brasil, verifica-se o ajuste das práticas cooperativas e associativas às necessidades do grande capital, na medida em que seus princípios são revertidos aos objetivos do Estado, representado pela classe dominante.

Verifica-se que o Estado atuou durante todo o processo de desenvolvimento do sistema cooperativista e associativista no território brasileiro, buscando mediar e direcionar as ações das organizações de produção, objetivando desarranjar as formas de organização, e utilizar as cooperativas e associações como uma extensão do Estado no direcionamento das políticas para o campo.

2 AS FORMAS DE ORGANIZAÇÕES MODERNAS E O SURGIMENTO DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

As primeiras ideias relacionadas à organização de trabalhadores pela via da ajuda mútua manifestam-se através da corrente liberal dos socialistas utópicos do século XIX e primeira metade do século XX, (NAMI, 2004, p. 42). Mesmo que seus precursores não tenham conseguido explicar a natureza do modo de produção capitalista, desenvolveram uma profunda crítica às contradições produzidas por ele e influenciaram sobremaneira a criação das ideias de um modelo de produção baseado na ajuda mútua (NORONHA, p. 5).

Nesse sentido, as discussões acerca das condições de vida, do modelo de produção e suas consequências no contexto social eram constantes. Nos círculos de discussões sobre o socialismo, eram pensadas formas de reação e de lá partiram as primeiras formulações de implantação de comunidades cooperativas, como forma de superação e emancipação dos trabalhadores.

Portanto, o cooperativismo surge num contexto de afirmação extremada do predomínio do interesse privado sobre o coletivo e o comunitário, com todas as consequências em termos de concentração de poder e de renda, como é próprio do capitalismo industrial nascente. Tentando superar a absolutização do interesse privado e suas consequências, a cooperação institucional e sistemática então emergente se empenhará por resgatar e reforçar o interesse coletivo e comunitário. (SCHNEIDER, 1991, p.29).

As primeiras experiências práticas cooperativas se deram ainda no século XVIII⁴. A partir do século XIX, as cooperativas se multiplicaram na Europa; só no período de 1826 a 1835, surgiram pelo menos 250 cooperativas de consumo, das quais 50 só em Londres, chegando em 1835 a um total de 300 cooperativas. Esse crescimento foi resultado de um grande movimento de articulação nacional que, nesse período, realizou oito congressos para discussão e formulação dos princípios e estratégias que nortearam o movimento pelo mundo (*ibid*, p.32).

A principal referência do cooperativo moderno é a cooperativa de Rochdale (NAMI, 2004, p. 42), fundada em 1844, no subúrbio de Rochdale, distrito de Manchester, na Inglaterra. Iniciou suas atividades de maneira modesta e com poucos recursos, apenas 28 associados “que adquiriram uma modesta quantia de farinha, de azeite, de açúcar e outras mercadorias.” (SCHNEIDER, 1991, p.37)⁵

Marcio Roberto Palhares Nami confere aos Pioneiros de Rochdale “o mérito de que souberam organizar, de maneira perfeita, um programa completo, unindo os princípios teóricos às regras práticas de organização e funcionamento.” (2004, p. 42)⁶. A cooperação se processava como forma de promover a socialização de alguns setores da produção, em sua maioria realizados no domínio industrial.

No espaço rural, a tentativa de implantação de uma cooperativa agrícola se deu na Irlanda, na propriedade de Sir Vandaleur, em 1830, segundo os preceitos de Owen, introduzindo-lhes algumas modificações para se adequar às circunstâncias; 40 operários agrícolas, mais ou menos, dispuseram-se a participar de seus planos, e assim ele formou uma sociedade da qual se reservou a direção e a fiscalização (KAUTSKY, 1980, P. 144)⁷. As regras desta cooperativa, descritas de forma detalhada, encontram-se na obra de Kautsky *A questão agrária*, onde estão, além das normas do sistema cooperativista, todas as regras de convivência dos associados e seus ofícios. Seguem algumas, entre elas:

O excedente do lucro, após o pagamento do arrendamento, deveria ser propriedade dos membros da sociedade [...] o membros da sociedade deviam trabalhar durante o mesmo espaço de tempo, despender a mesma energia e receber o mesmo salário [...] todas as questões eram resolvidas por um conselho de arbitramento (*Ibid*, p. 144-146).

⁴ Em 1763 os trabalhadores das docas estatais de Woolwich e Chatan, na Inglaterra, se juntaram para adquirir uma indústria moageira e uma padaria; em 1796 os trabalhadores de Hull, no mesmo país, forçados pelo excepcional aumento do preço da farinha e do pão naquele ano, igualmente passaram a adquirir uma indústria moageira. As primeiras cooperativas para a venda de mercadorias surgiram em 1769, 1777 1795, 1800, 1812, 1821. (SCHNEIDER, 1991, p.31). A cooperativa de Lennoxton, fundada em 1812, segundo Cole, foi a primeira a adotar a norma da distribuição das sobras na proporção das transações com a cooperativa, secundada depois, em 1835, na aplicação desse mesmo princípio, pela cooperativa fundada por Michel Derrion em Lyon, com o nome de “Commerce Véridique et Social”. Em 1777 fundou-se em Birmingham a primeira cooperativa de produção, integrada por alfaiates (*ibid*, p.32).

⁵ Os Pioneiros, ao fundarem a cooperativa em 1844, se autodenominaram de “Equitáveis Pioneiros de Rochdale” para indicar o espírito que os orientava em seu empreendimento, baseado numa cooperação equitável, ou seja, justa, igualitária, sincera, contrária a qualquer fraude na apresentação dos serviços aos membros e a terceiros, e ao mesmo tempo calcada numa cooperação que respeitaria a igualdade de direitos e a liberdade de cada membro (*Ibid*, p.39).

⁶ O crescimento da Rochdale foi bastante expressivo na Europa, iniciada em 1844 com 28 sócios; em 1848, contava com 140 membros, em 1849 passou a ter 390, enquanto o capital da cooperativa subiu de 30 libras para 1.194 libras. Segundo Schneider (1991, p.38), entre os anos de “1848 a 1854 a cooperativa crescera a uma razão de 740%”.

⁷ De acordo com Kautsky, os resultados da cooperativa superaram as expectativas e o número dos associados chegou a dobrar, as condições de vida haviam melhorado consideravelmente após o estabelecimento da cooperativa. No entanto, a sua ruína se deu “por motivos lastimáveis”: Vandaleur que pertencia à aristocracia, contraiu dívidas de jogo e teve suas terras confiscadas (*Ibid*, p. 146).

A influência dos cooperativistas que contribuíram para o desenvolvimento de comunidades autogestoras foi bastante significativa⁸. Esses atuaram a partir do século XVIII se dedicando à organização e orientação para a constituição de um modelo econômico social mais justo.

Pensando em conformidade com o cenário político e econômico no qual viviam, esses pensadores possuíam formação militante em diversas correntes políticas e ideológicas, entre eles, militantes sindicalistas, socialistas, socialistas utópicos, adeptos dos Owenismo⁹, do movimento Cartista, todos movimentos de contestação, que encontraram no modelo de gestão de comunidades cooperativas a importância e necessidade da ajuda mútua. Suas ideias e ideais serviram de base para a estruturação do que se tem hoje sobre cooperativismo (NAMI, 2004, p. 42).

Para Rosa Luxemburg, no entanto, as cooperativas, em especial de produção, “constituem uma produção socialista em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista”, e por estarem inseridas em uma economia capitalista, as trocas dominam a produção e exigem, assim, uma maior exploração da força de trabalho, “por causa dessa contradição morre a cooperativa de produção, uma vez que se torna uma empresa capitalista ou, se os interesses dos operários forem mais fortes, ela se dissolve” (1899, p. 20).

Essa transformação do sentido da organização cooperativa, que parte de um ideal coletivo de mudanças para se constituir em mecanismos da própria dominação através do fortalecimento das relações capitalistas, já havia sido suscitado por Marx ainda no século XIX. Para entender o tipo de produção que se estabelece com a cooperação, no Tomo I do livro *O Capital*, ele verificou que “a força produtiva social desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, a cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista” (2006, p. 388).

Diante do desenvolvimento e expansão do capitalismo, as cooperativas são obrigadas a assimilar as características deste sistema e se inserir nos mercados competitivos como forma de garantir sua reprodução, revelando seu caráter “híbrido” na sociedade capitalista, que, por assimilar relações tanto socialistas quanto capitalistas, não se estabelece enquanto mecanismo de emancipação econômica (LUXEMBURGO, 2000, p. 20).

Na concepção de Marx, a necessidade histórica do capitalismo de transformar o processo de trabalho num processo social revela o método usado pelo capital para ampliar a força produtiva do trabalho e com isso gerar mais lucro (2006, p. 388). É a utilização das relações coletivas de sentido emancipatório como meio de introduzir relações baseadas na produção e no consumo, o que resulta posteriormente na dissolução das mesmas, ou na dissolução dos princípios orientadores de uma perspectiva de atendimento ao coletivo.

Portanto, o fato de muitas cooperativas de produção, especialmente na Inglaterra, não terem dado certo, desmitifica a ideia da “indisciplina” entre os associados, pois no modelo de produção, como está estruturado, o comportamento dos cooperados se assemelha aos de empresários capitalistas; por isso, a reforma socialista baseada no sistema das cooperativas põe de lado a luta contra o capital de produção, quer dizer, contra o ramo principal da economia capitalista, e limita-se a dirigir seus golpes contra um capital comercial e mais exatamente contra o pequeno e médio capital comercial, ela atinge apenas os ramos secundários do tronco capitalista (LUXEMBURGO, 2000, p. 22).

Para Marx, as cooperativas só têm valor enquanto forem criações autônomas dos trabalhadores e não forem protegidas nem pelos governos nem pelos burgueses (Marx, 2000, p. 15).

Ao reportar-se ao surgimento das práticas organizativas no Brasil, verifica-se que seu maior desenvolvimento se deu no campo. Trazidas pelos imigrantes europeus, essas práticas pos-

⁸ Entre os cooperativistas que atuaram neste período, os de maior expressão foram: Robert Owen (1771-1858), William King (1786-1853), William Thompson (1775-1833), Charles Fourier (1771-1858), George Jacob Holyoake (1817-1906), Charles Gide (1847-1932), Herman Schulze (1808-1883), Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818-1888), Luigi Luzzatti (1841-1927), P.C. Plokboy, John Bellers (1654-1725), Michel Derrion, Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1811-1882).

⁹ O movimento Owenista, de inspiração de Robert Owen, de atuação na Europa entre os anos de 1825 a 1835. Lutava por um “Novo Mundo Moral”, a ser formado por um esforço educacional junto à classe proletária em substituição às religiões tradicionais.

suem, em sua natureza, características peculiares, construídas em consonância com o desenrolar da história do país. Sua estreita relação com o capitalismo e o impulso maior para sua implantação por meio do Estado demonstram a disparidade em seus objetivos se comparado aos ideais que as fizeram surgir na Europa dos séculos XVIII e XIX.

As primeiras organizações de que se tem registro são as colônias comunitárias no sul do país que, mesmo não apresentando o formato de uma cooperativa ou associação, foram importantes para disseminação dos ideais e para a formação de movimentos posteriores¹⁰.

Conforme Schneider,

Las primeras organizaciones explícitamente cooperativas que se fundaron en el país fueron las cooperativas de consumo, em el año de 1891, em Limeira, estado de São Paulo. En seguida vino la Cooperativa Militar de Consumo em Rio de Janeiro em 1894. Después, em 1895 la Cooperativa de Consumo de Camaragibe, em Pernambuco y em 1897 la Cooperativa de Consumo de los Empleados de la Campaña Paulista, em Campinas, Sao Paulo. (SCHNEIDER, 1987, p. 149).

No campo, as primeiras cooperativas em atividade foram criadas no sul do país em regiões de colonização italiana e alemã. A “*Società Cooperativa della Convenzioni Agricoli Industriali*” foi a primeira cooperativa agropecuária. Em 1902, por iniciativa de Theodor Ambstadt, nasce a primeira cooperativa de crédito rural “*ségun el sistema Raiffeisen, llamada entonces de caixa rural*” (SCHNEIDER, 1987, p. 149). Alguns anos depois, em 1908, foi fundada a Cooperativa Agrícola de Rio Maior, a Cooperprima, em Urussanga Santa Catarina.

Dos diversos segmentos cooperativos implantados, o de maior expressividade no cenário nacional foi, sem dúvida, aquele voltado para o setor agropecuário. As cooperativas e associações voltadas para esse segmento da economia se destacaram especialmente a partir de políticas voltadas para o campo que faziam parte do projeto de modernização da agricultura empreendido pelo país após a década de 1960.

A partir desse período, as cooperativas no campo se multiplicaram em um espaço muito curto de tempo; enquanto isso o associativismo ganha destaque na década de 1980, especialmente a partir de sua inserção em programas governamentais.

O associativismo, ou seja, a espacialização de associações rurais no Brasil foi estimulada por recursos internacionais. O Projeto Nordeste, criado em 1985, trazia as propostas de planejamento participativo por meio do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP, que se constituiu um importante veículo de disseminação de associações no espaço agrário brasileiro, sobretudo no Nordeste. A formação de associações era uma forma encontrada pelo Estado para evitar as possíveis insurgências no campo, à medida que, através delas, promovia a disseminação de investimentos públicos e “permitia” a participação, dificultando, dessa forma, a organização de movimentos radicais no espaço agrário.

Patrocinadas pelo governo, essas organizações se constituíram num importante mecanismo para a entrada do capital nos espaços agrários.

O cooperativismo e o associativismo tomaram corpo no Brasil como um movimento de Estado, especialmente após a economia brasileira fixar suas bases na agricultura. O Estado passou a ser seu grande financiador, caracterizando-o como instrumento de articulação para expansão das áreas agrícolas no modo de produção capitalista, que se consolidava no país. Essa intensa participação do Estado no direcionamento desses movimentos caracteriza sua natureza de mediador dos conflitos no jogo dos interesses antagônicos entre as classes. Essa atuação objetivava a

¹⁰ O movimento cooperativista começou a ser conhecido por volta de 1841 por intermédio do francês Benoit Julis de Mure, que na cidade de Palmatal-SP tentou formar uma colônia comunitária de produção e consumo, em 1847, a colônia Santa Tereza Cristina, fundada pelo médico Jean Maurice Faivre; significou a chegada dos ideais e princípios cooperativistas no Brasil. Segundo Shineider, podem-se destacar ainda várias experiências associativas antes e durante o período colonial e durante o império, entre eles os quilombos, que se estabeleciam como colônias autossuficientes, o “potirão” indígena conhecido hoje como mutirão. Durante o Império houve na região de imigração europeia, na região Sul, experiências de associações econômicas inspirados nos modelos europeus (1991, p. 241).

manutenção do poder da classe mais forte economicamente, que observa nesses modelos de organização uma ameaça aos seus interesses.

2.1. O movimento cooperativista no Brasil

Ainda no início da década de 1900, já se observava por parte do Estado a preocupação com os delineamentos que o cooperativismo tomava na organização social e econômica do país. Esse cenário levou o Estado a se calçar de um aparato judicial para que pudesse realizar interferências nesses modelos de organizações.

O Estado, estrategicamente por meio das leis, decretos e da criação de órgãos governamentais consegue não apenas controlar esses movimentos como também mantê-los submissos e dependentes de suas políticas.

Até os primeiros anos de 1900 era necessária uma autorização especial do governo para que essas cooperativas pudessem funcionar. É nessa década que surgem as primeiras leis regulamentando a organização de trabalhadores; entre elas, o Decreto 979, de 1903, possibilitou aos sindicatos a criação de cooperativas, e em 1907 outro decreto, o 1.637, “praticamente proporcionou a implantação de uma legislação específica sobre o cooperativismo, vigorando entre 1907 e 1932” (CAMPOS Jr., 2000, p. 45).

A necessidade do controle sobre essa forma de organização por parte do Estado se evidenciou a partir da década de 1930, quando se estabeleceu no Brasil o Estado Novo, que buscava a centralização dos poderes no governo e se caracterizou pelo caráter modernizante e autoritário no governo de Getúlio Vargas.

Notadamente neste período, a legislação cooperativista foi marcada por intensas modificações, pois a única maneira de vigiar as diferentes formas de associações que surgiam era o centralismo e a intervenção mediante uma política paternalista. Tal fato foi verificado também no movimento sindical (*Ibid.*, 2000, p. 46).

Segundo Schneider, O Estado havia definido as cooperativas como uma forma de o país enfrentar as dificuldades econômicas herdadas da Primeira Guerra Mundial e da Grande Depressão com a crise de 1929/30. Ele ressalta ainda que, nesse período, os governos dos estados brasileiros, em especial do Nordeste “*han fomentado la fundación y el desarrollo de cooperativas agropecuarias, de crédito y de consumo*” (1987, p. 149).

Após essas intervenções diretas do Estado sobre os movimentos de organização, o perfil das cooperativas foi modificado e, para possibilitar a centralização do governo, o decreto de 1945 art. 3º. atribuía ao Ministério da Agricultura, por meio do serviço de Economia Rural, a tarefa de fiscalizar as entidades cooperativas e delegar suas atribuições a órgãos técnicos do Estado (CAMPOS Jr., 2000, p. 46).

Os decretos 59, de 21/11/1966, e 60.957, de 19/04/1967, elaborados já no contexto da ditadura militar, ampliaram o incentivo à mecanização agrícola. Nesse momento, o campo se tornava uma importante via para o Estado, que se empenhava na viabilização do projeto desenvolvimentista brasileiro e no aumento das exportações dos produtos primários, visando diminuir a dívida externa do Brasil.

Foi a Lei 5.76416, de dezembro de 1971, que estabeleceu uma política nacional voltada para o cooperativismo, instituindo o regime jurídico do setor e estabelecendo as normas básicas, que deveriam ser seguidas pelas novas organizações no Brasil (*Ibid.*, 2000, p. 47).

Segundo essa lei,

Art. 1º Compreende-se como Política Nacional de Cooperativismo a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público.

Art. 2º - As atribuições do Governo Federal na coordenação e no estímulo às atividades de cooperativismo do território nacional serão exercidas na forma desta lei e das normas que surgirem em sua decorrência.

Parágrafo Único - A ação do Poder Público se exercerá, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas. (BRASIL. Lei 5.764,- 16 de dez. 1971. Instituto de Cooperativismo e Associativismo, 1993. p.9. In: CAMPOS JR., 2000, p. 50).

Observa-se, então, que a partir da década de 1970, com a Política Nacional do Cooperativismo, o Estado já vinha incrementando a industrialização e a modernização do setor agrícola. Para tanto, adotou medidas que iam desde a prestação de assistência técnica até o financiamento de crédito necessário à produção.

A instrumentalização das cooperativas por meio do apoio financeiro para produção, comercialização, insumos, assistência técnica, entre outros, estimulou a organização de produtores no campo e, a partir da década de 1970, houve um crescimento significativo do cooperativismo no campo brasileiro.

Esses financiamentos foram também responsáveis pela modernização agrícola do Brasil e pelas profundas mudanças na estrutura das cooperativas. Agora, com caráter empresarial, elas eram responsáveis por todo processo produtivo, que compreendia a venda de insumos, a disponibilização de maquinário, entre outros serviços referentes à produção, ao transporte e à comercialização.

Para Siqueira (2001, p. 48), as cooperativas apresentaram um crescimento e uma modernização consideráveis a partir de 1960, quando evoluíram de estruturas produtivas similares a de pequenos depósitos e armazéns para formas empresariais complexas, após o Estado repassar a elas a tarefa de “aperfeiçoar, organizar e estimular a concorrência para possibilitar a ocorrência de uma economia de mercado”.

É pertinente também reportar à discussão levantada por Campos Junior (2000, p. 51), acerca do perfil dos associados no Brasil, que, em sua maioria, são pequenos produtores com propriedades até 50 ha, sendo responsáveis por 70,32% do total dos associados pertencentes às cooperativas agropecuárias brasileiras, ou seja, a base do cooperativismo está assentada nos pequenos produtores, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Distribuição do quadro social segundo a dimensão das propriedades (Brasil, 1995)

Dimensão (em ha)	% da Classe	% Acumulado
Não Proprietários	23,70	23,70
0-10 HA	33,37	57,07
10-50 HA	13,25	70,32
50-100 HA	7,51	77,83
100-500 HA	1,98	79,83
Acima de 500 HA	4,55	84,36
Sem Informação	15,64	100,00
Total	100,00	

Fonte: CAMPOS JR, 2000, p. 51.

Vale ressaltar que a política de crédito e a Lei 5.764/16 de 1971 tiveram desdobramentos importantes para os produtores no que tange à legitimação dos movimentos de produtores que, muitas vezes, eram limitadas devido às proibições por parte do governo durante muito tempo.

No entanto, a partir do final da década de 1970, verifica-se também o decréscimo no número de instituições. Fatores que incidiram ao mesmo tempo encadearam um processo contínuo de crise sobre as bases produtivas no Brasil. A crise do petróleo em 1979, combinada a altas taxas

de juros e os baixos preços nas exportações permitiram o mergulho do país em uma grave crise econômica, que incidiu diretamente sobre o campo e, conseqüentemente, sobre o sistema cooperativo.

O caráter de subordinação e dependência dos recursos dos poderes públicos demonstrava a fragilidade do sistema cooperativo. Amarradas na lei 5.764/16 de 1971, as cooperativas e associações não desenvolveram sua autonomia financeira e, com o esgotamento dos recursos financeiros do Estado, tais estruturas se revelaram incapazes para adequar sua capacidade produtiva, comercial e financeira, assim como instaurar as mudanças necessárias para reverter o quadro de dificuldade nas cooperativas e associações (SILVA, p. 145).

Durante a década de 1980, a situação se agravou diante das alterações na política econômica internacional. A política creditícia do governo brasileiro mudou, e a partir daí as cooperativas ficaram com dificuldade de liquidez, não conseguindo refinar suas dívidas com o aporte de novos recursos e juros baixos. Observou-se a retirada de muitas cooperativas e um decréscimo considerável no número dessas instituições. Muitas delas faliram ou foram incorporadas por outras que conseguiram sobreviver (SIQUEIRA 2001, p. 52).

O que dificultou as condições dos produtores, nesse período, foi o fato de o Estado desenvolver um sistema de implementação de modernas técnicas agrícolas em favor da expansão do capitalismo via endividamento dos produtores. Daí, a fragilidade das entidades e as dificuldades de se manterem sem o suporte do governo.

Como as cooperativas são constituídas, em sua maioria, de pequenos produtores, a crise generalizada tornou o sistema cooperativista inviável do ponto de vista econômico para eles. Sobressaíram, apenas, algumas instituições que conseguiram se enquadrar no novo contexto de reestruturação produtiva, após o final da década de 1980.

Para Schneider, esse processo se deu porque a implantação do cooperativismo aconteceu predominantemente por via oficial, “de cima para baixo”. Isso porque, na fase inicial de implantação desse sistema de produção no Brasil, houve apenas um transplante desse modelo sem levar em conta as características culturais, tornando-as, assim, apenas um instrumento de poder político (1991, p.37).

A estrutura montada pelo governo brasileiro mediante leis, decretos e a criação de órgãos governamentais contribuiu para aumentar a dependência do movimento cooperativista. A infiltração do Estado nas organizações dos produtores reafirmou a expansão do sistema capitalista no campo brasileiro.

3 O ASSOCIATIVISMO E AS CONTRADIÇÕES DO MODELO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO NO CAMPO

Assim como se deu a apropriação do Estado aos movimentos cooperativistas como forma de controle social, seus desígnios foram também impostos pelos movimentos associativistas, especialmente no campo, cenário de protestos e lutas reivindicatórias sobre as condições de vida, a estrutura política e o modelo socioeconômico, que não oferecia sustentação ao trabalhador rural. O associativismo foi estimulado pelos governos e, em muitos casos, era a condição para participação em projetos governamentais.

Esse modelo de organização ganha força na década de 1980, porém desde a década de 1940, seus delineamentos já vinham sendo discutidos e inseridos nos planos de ação dos governos internacionais, como os Estados Unidos, que tinham a preocupação com a propagação dos ideais socialistas e a formação de grupos revolucionários, sobretudo nos países da América Latina.

Para facilitar a sua inserção nessas camadas da sociedade, esses países propagandearam o modelo de gestão democrática e planejamento participativo que aparece embutido nos programas de desenvolvimento de comunidade – DC, que começaram a ser implantados nos países mais pobres no período Pós-Guerra. Assim, o associativismo como expressão das massas subjugadas da sociedade está vinculado às propostas de desenvolvimento de comunidade (LISBOA, 2001, p. 223) e com ele toda a carga ideológica trazida do contexto político de sua formação.

A necessidade dos países capitalistas em garantir a ordem social e seu comando no direcionamento das políticas nos países subdesenvolvidos frente aos conflitos e agitações do Pós-Guerra – momento em que se verifica a força da atuação de duas potências mundiais e a necessidade de suas influências pelo mundo – fez surgir projetos governamentais que foram disseminados pelos Estados Unidos via Banco Mundial e Organização das Nações Unidas para a obtenção do maior controle. O Desenvolvimento de Comunidades – DC foi uma das propostas difundidas por esses países que fizeram surgir os conceitos de gestão democrática e planejamento participativo com o intuito de ocultar a unilateralidade das decisões dos governos.

A ação prática proposta pelo Desenvolvimento de Comunidade consistia na implementação de programas de assistência técnica e social nos países pobres objetivando garantir estrategicamente a ordem social e a propagação do capitalismo. A argumentação empregada para fundamentar tais propostas era que esses países, pela sua pobreza, estavam propensos à atuação de forças anticapitalistas e, ao mesmo tempo, a ação desses programas traria benefícios econômicos aos Estados Unidos com expansão dos mercados (MACHADO, 1987, p. 17).

As propostas do DC ganharam força a partir da década de 1950,

quando a Organização das Nações Unidas se empenhou em sistematizar e divulgar o DC como processo através do qual o povo participa do planejamento e da realização de programas que se destinam a elevar o seu padrão de vida. Isto implicaria a colaboração indispensável entre os governos e o povo, para tornarem eficazes os esquemas de desenvolvimentos viáveis e equilibrados. Este esquema conceitual situa-se dentro da visão organicista de uma sociedade regida pela harmonia (*Ibid.*, p. 18).

Essa harmonia ou mediação de conflitos, que buscava os órgãos internacionais nos países latino-americanos, tinha um fundamento no Brasil, na medida em que os conflitos, especialmente no campo, denunciavam o descaso por parte do governo com os camponeses e trabalhadores rurais. Como reivindicação, essa classe se organizou e um exemplo foram as Ligas Camponesas, movimento que tem origem em Pernambuco, “cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação” (OLIVEIRA, 2007, p. 104).

A primeira proposta de DC no Brasil foi criada em Minas Gerais, com a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR patrocinada por um organismo estadunidense. Josefa Lisboa (2001, p. 224) observa que a implementação do DC no Brasil, sobretudo no meio rural, foi apreendido pelo capital e sua característica no país foi a combinação de elementos desfavoráveis ao trabalhador brasileiro aliados à disponibilidade do grande capital em se projetar.

A necessidade de conter tais protestos, assim como a ameaça das forças socialistas, fizeram os Estados Unidos, na década de 1960, realizar alianças com o Brasil para promover o progresso no Nordeste com propostas efetivadas por meio dos programas de ação comunitária dirigidos pela SUDENE, que promoveu a integração das comunidades nordestinas em projetos de planejamento social até 1965 (*Ibid.*, p. 226).

Posteriormente, outros programas foram criados e implantados no Nordeste, estimulados por recursos internacionais. O Projeto Nordeste, criado em 1985, trazia as propostas de planejamento participativo para essa região, que passou a ser o principal instrumento metodológico na sua prática (*Ibid.*, p. 229). Uma das linhas de ação do Projeto Nordeste, o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP – foi um importante veículo de disseminação do ideário de participação, planejamento e gestão democrática. Seu objetivo era estimular a organização dos pequenos produtores rurais com a formação de associações que seriam o mecanismo de viabilização de investimentos e financiamentos para o setor agrícola.

O PAPP tinha como objetivos específicos: o fortalecimento e fomento de organizações e associações de pequenos produtores rurais; estímulo a investimentos na infraestrutura operacional das formas associativas de pequenos produtores rurais; assistência financeira à produção, beneficiamento, industrialização e

comercialização de bens oriundos das atividades agropecuárias e da pesca, extrativistas e artesanais dos pequenos produtores rurais, organizados sob a forma associativa; investimento e infraestrutura de apoio coletivo à produção de bens oriundos dessas atividades (MATTOSINHO; FREIRE; CARVALHO, 2010, p. 2).

A necessidade da articulação de uma proposta de organização, não como forma reivindicativa daqueles que vivenciam o processo de exclusão, mas partindo da esfera governamental como requisito para obtenção de investimentos, evidenciava que o Estado precisava conter a insatisfação popular que, na década de 1980, foi marcada pela estagnação econômica e pela recessão no Brasil, resultado de crises que se deram em escala mundial.

Nessa década, tratada por estudiosos da economia brasileira como a década perdida quando se aborda a situação econômica do país, foi também o período da intensa participação popular que reivindicava melhores condições de vida e uma maior atenção nas ações e decisões do governo e nas políticas direcionadas à população como um todo. A partir desse período, a postura do Estado frente ao momento de crise econômica e, ao mesmo tempo, de maciços protestos contra o modelo político vigente e sua falta de atenção com as classes menos favorecidas da sociedade, foi investir em uma remodelação das bases de produção e na sua relação com a classe dos trabalhadores e camponeses.

Foi o momento em que se verificou um maior desenvolvimento do associativismo no Brasil, principalmente no campo, haja vista que a obtenção de recursos e uma maior participação nas instâncias governamentais estavam atreladas à articulação dos produtores em organizações do tipo associações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada tempo, é possível observar que o desenvolvimento dos princípios do cooperativismo passou por adequações para atender as formas que o capitalismo exigia, chegando a concentrar-se tão somente no atendimento das necessidades básicas. Assim, esse modelo de organização foi sendo capturado e teve que reconfigurar seus objetivos adaptando-os aos interesses do momento da acumulação.

As propostas de Rochdale que nortearam uma relação de cumplicidade e solidariedade humana entre os associados foram se firmando a partir da livre adesão, da democracia, da neutralidade política, religiosa, ou seja, do respeito aos princípios do movimento. Entretanto, o avanço do capitalismo, sobremodo no espaço agrário, levou a mudanças no interior das organizações. Muitos dos princípios foram sendo modificados para dar margem ao caráter competitivo que as organizações iam tomando.

Em relação às associações a atuação do Estado no seu fomento já indica que não se constituem espaços de sociabilidade autônomos. A criação das associações como instrumentalizadoras de políticas públicas, disseminação de financiamentos etc. via projetos mostra como o Estado, subordinado a instâncias maiores, como o Banco Mundial, tem o propósito de viabilizar a reprodução do capital no espaço agrário, ao tempo em que expõe seu interesse no controle das organizações.

Dessa maneira, o ajuste das práticas cooperativas e associativas às necessidades do grande capital, com a inversão dos princípios e mudanças nas formas de organização, levou estas organizações a comporem projetos governamentais em atendimento ao modelo econômico definido para a agricultura, no que diz respeito à adequação das práticas dos pequenos produtores às diretrizes do mercado.

REFERÊNCIAS

CAMPOS JR., Luis de Castro. **O cooperativismo no Vale do Paranapanema. Estudo das cooperativas Riograndense, Agropecuária de Pedrinhas Paulista e Coopermota (1980-1995)**. Marília: UNIMAR; São Paulo: Arte & Ciência, 2000.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Proposta Editorial, 1980.

LISBOA, Josefa Santos. **A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (dis)simulação da esperança**. Tese (doutorado). Aracaju, 2007.

_____. Associativismo no campo: das relações em redes ao espaço da socialização política (um estudo da cooptez e das associações comunitárias em Lagarto e Salgado). In MENEZES, Ana Virgínia Costa; PINTO, Josefa Eliane S. de S. **Linhas Geográficas**. Programa Editorial NPGeo/UFS, 2001.

LUXEMBURGO, Rosa. As cooperativas. In: NAMORADO, Rui. Caderno das experiências históricas da cooperação nº 2. **O cooperativismo no pensamento marxista (Marx, Rosa, Karl, Lênin, Mao)**. Org. Adalberto Martins. CONCRAB, São Paulo, 2000.

MACHADO, Eduardo Paes (Org.). **Poder e participação política no campo**. CERIFA CAR/CEDAP-CENTRU, 1987.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política – livro 01**. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. A cooperação no capitalismo. In: NAMORADO, Rui. Caderno das experiências históricas da cooperação nº 2. **O cooperativismo no pensamento marxista (Marx, Rosa, Karl, Lênin, Mao)**. Org. Adalberto Martins. CONCRAB, São Paulo, 2000.

MATTOSINHO, Cynthia Marise dos Santos; FREIRE, Poliana Pionório; CARVALHO, Michelle Caroline Varjão de. O empreendedorismo no âmbito das associações rurais de incentivo governamental. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48. (**anais...**), 2010.

NAMI, Marcio Roberto Palhares. **Viabilidade das Cooperativas Abertas: um estudo de caso da Cooperativa de Crédito de Mendes Ltda**. Seropédica, RJ. Outubro de 2004. Dissertação (mestrado).

NETO, Wenceslau Gonçalves. **A Ação do Estado: Estado e Agricultura no Brasil políticas Agrícolas e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980**, São Paulo, Hucitec, 1997.

NORONHA, Olinda Maria. **Cooperativismo socio-comunitário e educação: reflexões históricas e possibilidades atuais**. Disponível em <<http://www.am.unisal.br/pos/stricto-educacao/pdf/ArtigoOlinda.pdf>> acesso em novembro 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

ONOFRE, Gisele Ramos; SUZUKI, Júlio César. **Embates e debates sobre o cooperativismo rural**. 2009. Disponível em <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_iv_epct/PDF/ciencias_exatas/04_ONOFRE_SUZUKI.pdf>. Acesso em dezembro 2010.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **O cooperativismo em questão:** a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) do Canadá. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massanana, 2004.

SCHNEIDER, José Odelso. **Democracia – participação e autonomia cooperativa.** São Leopoldo, UNISINOS, 1991.

_____. Datos socioeconômicos. In: BENECKE, Dieter W.; ESCHENBURG, Rolf (org.). **Las cooperativas en America Latina.** São Leopoldo: UNISINOS, 1987.

SILVA, Pedro Carlos da Gama. **Articulação dos interesses públicos e privados no polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA:** em busca de espaço no mercado globalizado de frutas frescas, Campinas. Tese (doutorado). 2001.

SIQUEIRA, Oscar Graeff. **A crise das grandes cooperativas:** um estudo comparado entre a cooperativa de Carazinho (RS) e a de Não-me-toque (RS). Porto Alegre, 2001. Dissertação (mestrado).

WOOD, Ellen Meiksins. **As Origens Agrárias do Capitalismo. Crítica marxista.** São Paulo, n. 10, p. 12-29 2000. Disponível em <[www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/Ellem Wood.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/Ellem%20Wood.pdf)> acesso em março de 2010.